

Por Cotas em Universidades e investimentos em
educação, saúde e moradia como resposta à violência do Estado,
ao genocídio da juventude negra e pobre e à faxina étnica.

São Paulo, 19 de Novembro de 2009.

Ao Governador do Estado de São Paulo José Serra

PROTOCOLO:

Recebido por _____, Cargo: _____

Data/Hora: _____

À Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo

PROTOCOLO:

Recebido por _____, Cargo: _____

Data/Hora: _____

À Defensora Pública-Geral de São Paulo Cristina Guelfi Gonçalves

PROTOCOLO:

Recebido por _____, Cargo: _____

Data/Hora: _____

Ao Procurador Geral de Justiça Fernando Grella Vieira (Minist. Público do Estado/SP)

PROTOCOLO:

Recebido por _____, Cargo: _____

Data/Hora: _____

Senhoras e senhores,

Na Semana da Consciência Negra, em Homenagem à Luta de Zumbi dos Palmares e Dandara, organizações do movimento negro, movimentos sociais do campo e da cidade, cursinhos comunitários, núcleos de educação popular, sindicatos, associações e demais grupos organizados que a esta subscrevem, exigem efetivas iniciativas reparatórias e investimentos sociais em face da violência praticada pelo Estado de São Paulo de forma sistemática contra a população pobre e, especialmente, a população negra, verificada estatisticamente em estudos recentes.

Por meio desta **REPRESENTAÇÃO**, dirigida aos Poderes Públicos e a toda sociedade, exigimos a responsabilização do Estado e a execução de um conjunto de ações urgentes, sob pena de, pela omissão dos que recebem este documento, continuarmos assistindo à matança de nossos jovens, na sua maioria negros e negras bem como a instalação da barbárie à vida da população empobrecida do estado.

Requeremos o recebimento da presente e devidos encaminhamentos sugeridos ao final, juntos às reivindicações que fazemos com base nos fatos, estatísticas e fundamentos que passamos a expor:

Os Fatos e o Histórico recente da Violência do Estado

Conforme relatório da **Organização das Nações Unidas/ONU** para execuções sumárias e extra-judiciais, apresentado em maio de 2008, os policiais militares e civis brasileiros matam em serviço e fora de serviço. Porém nenhuma investigação é feita em relação ao pretexto para a execução, isto é, o suposto confronto. Todo caso é classificado de "Resistência Seguida de Morte" ou "Auto de Resistência", e a investigação se concentra na vida do morto. Sabe-se que os policiais são preparados ideologicamente para matar. Por outro lado, os movimentos negros, movimentos sociais e sindicais que têm se organizado para defender os direitos violentados vêm sendo perseguidos em constantes campanhas de criminalização.

O citado relatório da ONU, assinado por Dr. Philip Alston, em "Missão ao Brasil", diz textualmente;

"O Brasil tem um dos mais elevados índices de homicídios do mundo, com mais de 48.000 pessoas mortas a cada ano. Os assassinatos cometidos por facções, internos, policiais, esquadrões da morte e assassinos contratados são, regularmente, manchetes no Brasil e no mundo. As execuções extrajudiciais e a justiça dos vigilantes contam com o apoio de uma parte significativa da população que teme as elevadas taxas de criminalidade, e percebe que o sistema da justiça criminal é demasiado lento ao processar os criminosos. Muitos políticos, ávidos por agradar um eleitorado amedrontado, falham ao demonstrar a vontade política necessária para refrear as execuções praticadas pela polícia.

Essa atitude precisa mudar. Os estados têm a obrigação de proteger os seus cidadãos evitando e punindo a violência criminal. No entanto, essa obrigação acompanha o dever do estado de garantir o respeito ao direito à vida de todos os cidadãos, incluindo os suspeitos de terem cometido crimes. Não existe qualquer conflito entre o direito de todos os brasileiros à segurança e à liberdade em relação à violência criminal, tampouco o direito de não ser arbitrariamente baleado pela polícia. O assassinato não é uma técnica aceitável nem eficaz de controle do crime."

Não é de hoje que inúmeros defensores de direitos humanos, movimentos, entidades, parlamentares e familiares de vítimas da violência policial apresentam denúncias com suas respectivas provas, testemunhos e farta documentação relacionada ao tema e expõe suas reivindicações diante do Estado.

A maior indignação é pelo fato de que as arbitrariedades e o extermínio de pobres e negros são praticados em nome do Estado Democrático de Direito e supostamente em defesa da lei e da ordem.

A constatação é que o Estado de São Paulo, neste caso específico responsabilizado pela ação de seus policiais e demais agentes, comete sistematicamente graves violações de direitos humanos e o alvo preferencial dessas ações são as parcelas mais pobres da população brasileira, em especial negros e negras, conforme indicaremos a seguir.

Nos últimos meses a imprensa noticiou uma série de acontecimentos conflituosos entre forças de repressão do estado e comunidades periféricas da capital paulista. Embora os noticiários tenham trabalhado para travestir os acontecimentos como fatos isolados, sabemos que fazem parte do cotidiano dessas comunidades. A população, por sua vez, tem respondido a essas ações violentas com reivindicações, protestos e ações de enfrentamento com um saldo de destruição de casas e pertences familiares e pessoas presas e feridas.

A título de demonstração, citamos alguns fatos notórios que repercutiram em toda mídia/imprensa e continuam vivos em nossa memória. Como fruto de um processo de exclusão e do racismo institucional, a população negra se aloca justamente nos espaços geográficos conflituosos e quando ocupam de maneira permanente ou pontual as áreas centrais ou espaços reservados às elites, a intransigência e o preconceito operam em forma de violência física. Trata-se de ações diretas e indiretas de violência, precarização de direitos e acesso à cidadania. EM TODOS ELES, NEGROS E NEGRAS SÃO AS MAIORES VÍTIMAS :

a) Favela Heliópolis: a manifestação mais recente aconteceu em Heliópolis, na zona sul de São Paulo, a maior favela paulistana, com cerca de 100 mil habitantes. Na noite de 31 de agosto, a estudante Ana Cristina Macedo foi assassinada enquanto voltava do curso supletivo, alvejada por um tiro que partiu de um guarda civil metropolitano de São Caetano do Sul, no ABC paulista, que perseguia um grupo suspeito de roubar um carro. Baleada, Ana Cristina demorou a ser socorrida. Chegou com vida ao hospital, mas veio a falecer em seguida.

Sob gritos de "assassinos", os moradores atiraram pedras contra policiais e contra o veículo que foi motivo da suposta troca de tiros. Os manifestantes também montaram barricadas com pneus e pedaços de madeira, além de terem incendiado e apedrejado carros e ônibus. Com apoio do Grupo de Operações Especiais (GOE) e do Grupo de Repressão a Roubos e Assaltos (Garra), a polícia lançou bombas de efeito moral e tiros de borracha para conter o protesto.

b) Paraisópolis, na zona sul: Dezenas de famílias foram despejadas e tiveram suas casas demolidas para dar espaço a obras de "revitalização" da favela. Sem direito à indenização, foi oferecido um "cheque-despejo" de cinco mil reais, um cômodo em um albergue ou uma passagem de retorno para suas cidades de origem.

c) Entorno da Marginal do Tietê: obras devem remover cinco favelas do entorno, na zona norte. Revoltados, os moradores da Favela do Sapo, localizada na Água Branca, organizaram um protesto contra uma ordem de despejo emitida para 450 famílias e contra a inserção de apenas as cem famílias mais antigas da comunidade em programas habitacionais.

d) Parque linear na zona leste, como compensação ambiental para a ampliação da Marginal do Tietê, que pretende desalojar cerca de 12 mil famílias dos bairros de São Miguel Paulista e Itaim Paulista.

e) Construção de Túnel na Zona Sul (que ligará a Av. J. Roberto Marinho à Imigrantes será responsável pelo despejo de aproximadamente oito mil famílias.

f) Precariedade das políticas de reconhecimento de territórios quilombolas;

g) Constante criminalização de movimentos sociais e movimentos culturais de resistência urbana tais como as intervenções de reintegração de posse e despejo de famílias ligadas a movimentos de moradia; violência à manifestação cultural negra do Hip-Hop, tal qual a ocorrência de maio de 2007, quando do show do grupo Racionais mc's na Praça da Sé; violência e humilhação na retirada de estudantes manifestantes da Jornada Nacional por Educação, em maio de 2007, das dependências do campus de direito da USP, no Largo São Francisco.

h) Perseguição e emprego de força e violência aos trabalhadores informais/camelôs somados a prática de apreensões arbitrárias e não abertura sequer para apresentação de defesa, ações essas de discriminação fruto do preconceito contra negros e nordestinos;

i) Ocupação e militarização nas favelas e periferias;

J) Violência institucional praticada também pelas Universidades Públicas Estaduais do Estado de São Paulo (USP, UNESP, UNICAMP), que permanecem omissas quanto à implantação de políticas afirmativas voltadas para negros, pobres e indígenas;

Dos números das desigualdades e da violência

Em São Paulo, em 2008, foram atribuídos a resistência seguida de morte 431 mortes. No Rio de Janeiro, só no primeiro semestre de 2008, foram 750 mortes. Na Bahia, em levantamento estatístico feito pelo jornal A Tarde, no primeiro trimestre deste ano, somente em Salvador, policiais das Rondas Especiais (Rondesp), estão envolvidos em 50,7% dos óbitos registrados como auto de resistência. Entrevistada pelo Jornal Brasil de Fato, a advogada do Programa de Justiça da Conectas Direitos Humanos, Marcela Fogaça Vieira disse que:

“tudo é feito de forma a ajudar os policiais assassinos ficarem impunes. O maior problema está no boletim de ocorrência feito pelos próprios policiais como resistência seguida de morte ou auto de resistência, justamente pelo fato de que são invertidos os papéis; os policiais figuram como vítimas do crime de resistência, enquanto a pessoa que morreu figura como indiciado e não como vítima de homicídio. Ou seja, o homicídio praticamente desaparece e como o ‘indiciado’ está morto, o inquérito policial é freqüentemente arquivado”.

Estatísticas indicam: jovens negros são mais vitimizados

Em julho deste ano, um estudo realizado em parceria pelo Observatório de Favelas, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) mostrou que as chances de um jovem negro ser assassinado é 2,6 vezes maior em relação a um jovem branco na mesma situação.

“Há uma morte negra que não tem causa em doenças; decorre de infortúnio”, afirma o artigo A cor da morte, publicado por Luís Eduardo Batista e colaboradores, na Revista de Saúde Pública, em 2004. Esta matéria apresenta as causas de óbito conforme características de raça, no Estado de São Paulo, entre os anos de 1999 e 2001. Tal pesquisa aponta que negros e brancos morrem vitimizados por causas diferentes. Segundo o estudo, a maior parte dos brancos vai a óbito por tumores ou doenças do aparelho circulatório, respiratório, sistema nervoso, congênitas, entre outras. Ao contrário, a maior parte dos negros morre por motivo não associado a doenças, como causas externas (violência, por exemplo).

O racismo que ganhou nova roupagem nos dias atuais é o principal fator pela condição de miséria do negro e da violência por ele sofrida. Pelo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da ONU, o Brasil se encontra em 63º lugar na colocação de países de médio desenvolvimento humano. Os pesquisadores Wânia Sant’Ana e Marcelo Paixão fizeram o mesmo estudo para negros e seus descendentes isoladamente e a colocação é 120º, colocação que denota as péssimas condições de vida do negro brasileiro.

Em artigo relacionado ao assunto, o líder negro Milton Barbosa, do Movimento Negro Unificado cita pesquisa publicada na Folha de São Paulo, caderno 3, pág. 2 no dia 06/04/97:

“48% dos negros já passaram por algum tipo de abordagem policial. Desse total, 21% foram agredidos verbalmente e 14% agredidos fisicamente por policias. Pesquisas realizadas por Sérgio Adorno, professor da Universidade de São Paulo, analisando 500 processos criminais na cidade de São Paulo em 1990, apontam: “que os negros são presos em flagrantes com mais freqüência que os brancos, na proporção de 58% contra 46% . Isso sugere que sofrem maior vigilância da polícia. Vimos ainda que 27% dos brancos respondem ao processo em liberdade, enquanto só 15% dos negros conseguem esse benefício. Apenas 25% dos negros levam testemunhas de defesa ao tribunal, que é uma prova muito importante, enquanto 42% dos brancos apresentam esse tipo de prova”. Segundo Sérgio Adorno, “não posso afirmar que os juízes sejam racistas. Posso sim, garantir que não existe igualdade de direitos entre negros e brancos e que há um problema racial”. No momento em que este documento é redigido, em algum lugar deste país, uma família negra deve estar em prantos, acompanhando um cortejo fúnebre, enterrando mais um jovem negro assassinado por gangues (morte entre a própria juventude em disputa por ponto de drogas e, outros motivos fúteis), ou por policiais ou grupo de extermínio (composto pelos mesmos)”.

Os dados demonstram que negros e brancos NÃO têm acesso igual a direitos e benefícios da sociedade, que garantam melhor qualidade de vida, mesmo sob as mesmas condições sociais e, até mesmo em situações extremas, como é o caso da violência policial, o racismo é elemento gerador de desigualdades.

A polícia de São Paulo está exterminando a juventude e os poderes públicos, que poderia agir para evitar esse genocídio e punir os agentes criminosos, tem se quedado inertes.

Os pesquisadores Rodnei Jericó e Suelaine Carneiro do Geledés – Instituto da Mulher Negra, realizaram estudo no qual se extrai:

“Os dados registrados pela série documental Mapa da Violência: os jovens do Brasil , revelam que nossas taxas de homicídios são elevadas e tem como principal vítima a população do sexo masculino pertencente a raça negra. Negros é o grupo racial brasileiro mais vulnerável à morte por homicídios. O estudo aponta que no ano de 2004, a taxa de vitimização desse grupo foi de 31,7 em 100 mil negros, enquanto

para a população branca foi de 18,3 homicídios em 100 mil brancos. A população negra teve 73,1% de vítimas de homicídio a mais do que a população branca (WAISELFISZ, 2006, p.58). ”

As iniquidades raciais refletem-se na mortalidade da população negra e são decorrentes de condições históricas e institucionais que moldaram a situação do negro na sociedade brasileira. Os números revelam o que se deseja silenciar: a morte tem cor e ela é negra. Os jovens negros são as principais vítimas da violência, que vivem um processo de Genocídio, que aqui nos referimos em seu conceito internacional, com força legal, oriundo da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, de 1948, por ocasião da III Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Textualmente, o tratado internacional aprovado e ratificado pelo Estado Brasileiro em sua íntegra, em 1952, diz “entende-se por genocídio os atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) Assassinato de membros do grupo”.

Da intervenção propositiva e os requerimentos dos Representantes:

Todos e todas temos ampla consciência das limitações de intervenção de um Estado com bases fundantes tão conservadoras e comprometidas com o *status quo* vigente. Também é de nossa ciência o posicionamento e a vontade política ideologicamente comprometida de seus dirigentes.

No entanto, cumprimos nosso papel enquanto cidadãos e enquanto movimentos da sociedade civil organizada ao ocupar os espaços de diálogo e cobrança existentes neste estado democrático de direitos.

DIANTE DE FATOS TÃO EVIDENTES, APRESENTAMOS AS SEGUINTE REIVINDICAÇÕES AO ESTADO DE SÃO PAULO, PARA QUE IMEDIATAMENTE INICIE A EXECUÇÃO DESTAS MEDIDAS:

1 – Requeremos a revisão imediata dos programas de ação afirmativa e/ou programas de inclusão social dirigidos a população pobre, negra e indígena vigentes nas Universidades Públicas do âmbito Estadual. Tal revisão deve ser realizada por uma comissão paritária e pública, composta por membros do poder governamental, Universidades, Ministério Público, Defensoria Pública, movimentos negros, sociais e estudantis. Defendemos a adoção de ações afirmativas/cotas nas Universidades Paulistas (USP, UNESP e UNICAMP) como uma alternativa de combate as desigualdades raciais e sociais. A ação afirmativa no ensino superior deve vir acompanhada de ampliação de investimentos em Educação, em todos os níveis.

2 – Requeremos a criação de Auditoria Pública que apure responsabilidades acerca da não implementação da Lei 10.639/03 e 11.645/08, no Estado de São Paulo, que trata da regulamentação e obrigatoriedade do ensino da história da cultura africana e indígena nas instituições de ensino. Tal auditoria deve ser acompanhada por comissão especial paritária e pública, composta por membros poder governamental, Universidades, Ministério Público, Defensoria Pública, movimentos negros, sociais e estudantis.

3 – Requeremos a convocação do Sr. Governador José Serra para que, em Audiência Pública, dê explicações e justifique os critérios que o levaram a escolher, após tumultuada eleição para a função de Reitor da Universidade de São Paulo, o Sr. João Grandino Rodas, 2º colocado nas eleições da Universidade. É a primeira vez, desde o período da ditadura militar, que o 1º colocado não é escolhido. Sr. João Grandino Rodas é o mesmo que, na madrugada de 22 de Agosto de 2007 autorizou a entrada da Tropa de Choque da PM nas dependências da Faculdade de Direito, no Largo São Francisco, que retirou com violência mais de 300 manifestantes que realizavam ato pacífico por educação e acesso.

4 – **Requeremos a realização de Audiência Pública em Plenário da ALESP**, sobre o Genocídio da Juventude Negra e a Violência do Estado, através da Comissão de Direitos Humanos daquela casa legislativa, com a presença do Governador, do Secretário de Segurança Pública, Comandante-Geral da PM, da Delegada de Crimes Raciais e representantes do movimento popular, negros, sexual e associação Mães de Maio. Para a pauta da audiência, sugerimos temas, como crimes de maio de 2006, faxina étnica em SP, ocupação violenta em favelas de SP, abordagens policiais na periferia e racismo policial; autos de resistência, o "elemento suspeito" e as execuções sumárias, além do debate sobre alternativas de políticas de reparação e promoção da igualdade social e racial no estado.

5 – Requeremos a revisão, com a participação efetiva dos movimentos populares, dos conteúdos dos cursos de formação para todos os quadros e patentes da PM, inclusive Oficiais, e revisão dos critérios de promoção e implantação de um **Programa Permanente de Treinamento para a Diversidade Étnica e Enfrentamento do Racismo**, como uma tarefa institucional da Secretaria de Segurança Pública.

6 – Requeremos a **intervenção do Ministério Público Estadual** em todas as etapas do referido programa e demais políticas públicas voltadas para prevenção da violência racial e diminuição de mortes de jovens negros e sua participação na citada Audiência Pública;

7 – Requeremos ainda a instauração de Inquérito Civil por parte do MP Estadual para levantamento e estudo da questão de que trata esta REPRESENTAÇÃO;

8 - Requeremos a **intervenção da Defensoria Pública Estadual**, como agente defensor de direitos coletivos e interesses difusos da sociedade em todas as etapas do referido programa e demais políticas públicas voltadas para prevenção da violência racial e diminuição de mortes de jovens negros e sua participação na citada Audiência Pública;

9 - Requeremos ainda a instauração de Inquérito Civil por parte do Núcleo Especializado de Combate ao Racismo, Preconceito e Discriminação da Defensoria Pública/SP, para levantamento e estudo da questão aqui tratada;

10 - Requeremos a garantia de interlocução direta dos movimentos populares com a Secretaria de Segurança Pública, no que diz respeito a andamentos processuais e denúncias de violência racial policial, com ampliação da Ouvidoria da PM e criação de setor específico para denúncias de racismo, com uma linha direta de denúncia anônima de abusos praticados por policiais;

11 – Requeremos o fim do registro de "Resistência seguida de morte" ou "Auto de resistência" para as execuções sumárias e a investigação do homicídio cometido pelos agentes do Estado e o desarquivamento dos crimes de Maio de 2006, retomada das investigações com sua federalização;

12 – Requeremos que o(a) receptor(a) desta REPRESENTAÇÃO assuma publicamente compromisso com a causa de combate à violência racial policial e intenção de por fim ao Genocídio de Jovens Negros de Negras, e que este compromisso seja levado às demais esferas públicas, pois só com uma mudança de postura diante da questão étnico-racial e com o reconhecimento da responsabilidade do Estado de São Paulo será possível reduzir o racismo.

Axé, sob a guarda e a proteção de todos e todas que ao longo da História entregaram suas vidas à luta por JUSTIÇA, pedidos o acolhimento da presente Representação e seu Deferimento.

Assinam,

UNEafro-Brasil (União de Núcleos de Educação Popular para Negras(os) e Classe Trabalhadora), Círculo Palmarino, Consulta Popular, Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular, Assembléia Popular, Sindicato dos Advogados de São Paulo (SASP), Grupo de Teatro Dolores, MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e SAJU-USP.

Contatos:

Flávio de Paula (8608-4677), Juninho (9840-7244), Vanessa Nascimento (8569-2969), Douglas Belchior (7550-2800), Cleyton Borges (8622-5360), Jonathan (8052-9272), Vivian (7076-9153).